



POLÍCIA FEDERAL

GTED/SR/PF/AC

**ANEXO IV – PLANILHA ESTIMATIVA DE
COMPOSIÇÃO DO BDI DA REFORMA DA
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM
CRUZEIRO DO SUL – AC**



CÁLCULO DO BDI

$$\text{BDI} = \frac{(1 + (\text{AC} + \text{R} + \text{S} + \text{G})) (1 + \text{DF}) (1 + \text{L})}{(1 - \text{T})} - 1, \text{ onde:}$$

ITEM	DESCRIÇÃO	TAXA
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)	4,00%
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS (S+R+G)	2,07%
3	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)	1,23%
4	TRIBUTOS (T)	5,65%
5	LUCRO (L)	7,40%
BDI ADOTADO		22,23%

	DETALHAMENTO	
2	SEGUROS, RISCOS E GARANTIAS CONSIDERADOS	TAXA
2.1	Seguros + Garantias (S+G)	0,80%
2.2	Riscos (R)	1,27%
	TOTAL	2,07%
4	TRIBUTOS CONSIDERADOS	TAXA
4.1	ISS	2,00%
4.2	PIS	0,65%
4.3	COFINS	3,00%
	TOTAL	5,65%



JUSTIFICATIVAS À COMPOSIÇÃO DO BDI

1 Administração Central = 4,0%

A administração central de uma empresa de construção civil compreende toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

Conforme o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário, o valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro. Com isso, estabelece os seguintes limites:

Parcela de Administração Central na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPOS DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	3,00%	4,00%	5,50%

Parcela de Administração Central na composição da taxa de BDI. Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário

Foi adotado o índice médio de 4,00% para a reforma.

2 Seguros, Riscos e Garantias = 2,07%

Seguros são contratos regidos pelo direito privado firmados entre o particular (segurado) e a companhia seguradora (segurador), por meio dos quais o segurador obriga-se, mediante o recebimento antecipado de um prêmio, a reparar danos causados ao particular segurado ou a terceiros pela ocorrência de eventos alheios a sua vontade devidamente especificados na apólice de seguro, limitando-se essa obrigação ao valor da importância assegurada a que tem direito o segurado pela ocorrência do sinistro.

Nos orçamentos de obras públicas, considera-se que a parcela de seguros da composição de BDI refere-se ao valor monetário do prêmio de seguro pago pelo particular segurado à companhia seguradora em contrapartida à cobertura dos riscos contratados, cujos encargos financeiros assumidos pelo particular são repassados aos preços das obras a serem contratadas pela Administração Pública.

Entretanto, mesmo com a exigência de contratação de seguros, deve-se considerar que sempre existe um risco residual a que o particular ainda continua descoberto, que deve ser tratado e mensurado na taxa de riscos do BDI.

Sob o ponto de vista dos orçamentos de obras públicas, considera-se que a exigência de prestação de garantia contratual é uma estratégia de alocação de riscos como medida que visa a assegurar o adequado adimplemento do contrato e a facilitar o ressarcimento de possíveis prejuízos sofridos pela Administração Pública na hipótese de inexecução por parte do particular contratado, e esses custos relacionados à prestação de garantia, para o pleno cumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo particular contratado, caso expressamente prevista no instrumento convocatório, são repassados aos preços das obras públicas e inseridos na composição de BDI dessas obras.



Conforme o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU – Plenário

Parcela de incidência as composição do BDI - Valores incidentes sobre o Custo Direto						
TIPO DE OBRA	SEGURAS + GARANTIAS			RISCO		
	1º Quartil	Médio	3º Quartil	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,80%	0,80%	1,00%	0,97%	1,27%	1,27%

Como a atividade em questão trata-se de reforma de edificação de complexidade usual, adotou-se, o percentual médio de 2,07%.

3 Despesas Financeiras = 1,23%

Foi adotado o valor médio estabelecido pelo TCU, Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário, conforme tabela abaixo:

Parcela de Despesas Financeiras na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPO DE OBRA	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	0,59%	1,23%	1,39%

4 Impostos = 5,65% (COFINS = 3,0% + PIS = 0,65% + ISS = 2,0%)

Contabilmente, como não há como enquadrar o PIS e a COFINS como custos de produção, já que não são gastos incorridos no processo de obtenção dos serviços/bens que estão sendo executados, considera-se que se trata de despesas indiretas.

A alíquota de ISS a ser considerada, conforme o item 7.05 do artigo 53 da Lei nº 479/2007 que regula a matéria tributária Município de Cruzeiro do Sul/AC é de 2%.

5 Bonificação ou Honorários (Lucro) = 7,40%

Foi adotado o valor médio dentro dos parâmetros estabelecidos no Acórdão 2.622/2013-TCU-Plenário.

Parcela de Lucro na composição do BDI - Valores incidentes sobre Custo Direto			
TIPOS DE OBRAS	1º Quartil	Médio	3º Quartil
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	6,16%	7,40%	8,96%
Parcela de Lucro na composição da taxa de BDI.			